

RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

Proposta de Definição do Âmbito do Estudo de Impacte Ambiental
Central Fotovoltaica Cristóvão Colombo I



Título: Relatório de Consulta Pública PDA226

Central Fotovoltaica Cristóvão Colombo I

Autoria: Agência Portuguesa do Ambiente

Departamento de Comunicação e Cidadania Ambiental

Divisão de Cidadania Ambiental

Maria Clara Sintrão

Data: Outubro de 2022

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	4
2. O PROJETO.....	4
3. LOCALIZAÇÃO	4
4. DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA	4
5. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO	4
6. PROVENIÊNCIA E SÍNTESE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS	5

ANEXO I

Localização do projeto

ANEXO II

Exposições recebidas

1. INTRODUÇÃO

A Proposta de Definição do Âmbito (PDA) do projeto **Central Fotovoltaica Cristóvão Colombo I** foi, nos termos do artigo 12.º, n.º 5 do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro, sujeito a um procedimento de Consulta Pública que decorreu por um período de 15 dias úteis, de 15 de setembro a 6 de outubro de 2022.

O proponente do projeto é a Iberdrola Renewables Portugal, SA a entidade licenciadora, a Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG).

2. O PROJETO

O projeto tem como objetivo a produção de energia elétrica a partir de uma fonte renovável e não poluente, o sol, contribuindo para a diversificação das fontes energéticas e para as metas nacionais em matéria de integração das renováveis na produção de energia.

3. LOCALIZAÇÃO

O projeto localiza-se no concelho de Moura, freguesias de União das Freguesias Santo Agostinho, São João Baptista e Santo Amado e concelho de Vidigueira, freguesia de Pedrógão.

4. DOCUMENTOS PUBLICITADOS E LOCAIS DE CONSULTA

A documentação relativa a este procedimento de consulta pública esteve disponível no portal Participa.pt.

5. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO

A publicitação da PDA foi feita por meio de:

- Afixação de Anúncios na CCDR Alentejo e nas Câmaras Municipais de Moura e Vidigueira.

- Envio de nota de imprensa para os órgãos de comunicação social de âmbito nacional;
- Divulgação na internet no *site* da Agência Portuguesa do Ambiente e no portal Participa.pt;
- Envio de comunicação às ONGA de âmbito nacional e da área de implantação do projeto, constantes no RNOE.

6. PROVENIÊNCIA E SÍNTESE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

Durante o período de consulta pública foram recebidas duas exposições provenientes de EDP – Gestão da Produção de Energia, S.A e ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável.

A **EDP** informa que tem, em fase final de desenvolvimento, prevendo para o início de 2023, a sua submissão para licenciamento ambiental, um projeto solar fotovoltaico “Central fotovoltaica para hibridização da central hidroelétrica de Alqueva II” e adverte que a proposta de corredor de linha elétrica designada por alternativa B coincide, já próximo da subestação de Alqueva II, com a área ocupada por aquele projeto. Solicita, por isso, que o referido traçado seja alterado de forma a não colidir com área do seu projeto e manifesta a sua disponibilidade para, dentro do possível, colaborar numa compatibilização do corredor em estudo com o referido projeto.

A **ZERO**, não obstante a Proposta de Definição de Âmbito (PDA) apresentar todas as diretrizes para o Estudo de Impacte Ambiental (EIA), tece relativamente ao projeto o conjunto de considerações, a seguir elencado:

- Relativamente aos instrumentos de ordenamento do território, constata que a Central Fotovoltaica está projetada para terrenos que em termos de usos do solo, segundo o PDM correspondem a “Espaços Agrícolas” e “Espaços florestais”, mais concretamente espaços agrosilvopastoris, sendo que no caso dos dois corredores para a

instalação da linha elétrica de muito alta tensão, para além das categorias de uso do solo acima mencionados, acrescem “Espaços Naturais e paisagísticos” e “Espaços destinados a equipamentos, infraestruturas e outras estruturas e ocupações.” Neste âmbito, expressa a sua preocupação quanto ao efetivo impacto deste investimento em espaço rural, a nível paisagístico ambiental e social.

- Existe a indicação de duas alternativas possíveis para a instalação de uma LMAT com cerca de 20 km, que passará a Este ou a Oeste de Moura. É com preocupação que constata esta intenção de incremento de forma indiscriminada de linhas de ligação aéreas de Muita Alta Tensão associados a projetos para produção de energia renovável com impactes significativos sobre a biodiversidade e paisagem.
- É referido que a área de estudo não interfere com nenhuma área sensível, sendo que as mais próximas distam a cerca de 1,2 km a este/sudeste da área de estudo e correspondem à Zona de Proteção Especial (ZPE) Mourão/Moura/Barrancos (PTZPE0045) e à Zona Especial de Conservação (ZEC) de Moura/Barrancos (PTCON0053). Contudo, como referido na PDA, “a área de estudo apresenta condições para a ocorrência de espécies relevantes para a fauna, embora a ocupação presente não constitua habitat preferencial para estas espécies. Neste sentido as áreas essencialmente agrícolas são importantes para a ocorrência de espécies animais adaptadas a ocupação do solo de culturas, como várias espécies de aves de rapina (incluindo a potencial presença de Águia-de-Bonelli, Tartaranhão-caçador ou Abutre-preto), de aves estepárias (como Abetarda, Sisão ou Alcaravão), lagartos e vários grupos de cobras, e para a maioria de mamíferos não voadores.” Também é dada relevância à importância da área como fazendo parte da área prioritária para alimentação de morcegos. Refere, também, que, embora fora da área sensível, não deixa de ser verdade que a proximidade a esta tem uma enorme influência sobre as espécies que utilizem esta área durante o seu ciclo

de vida. A potencial perda de fauna poderá ser significativa tendo em conta que a área de estudo tende a apresentar condições para a ocorrência de espécies relevantes para a fauna. É, por isso, fundamental avaliar de forma séria qual o impacte sobre espécies de conservação prioritária, e não entrar num discurso de que as espécies se adaptam e vão para outras áreas, quando é sabido que na região em virtude da expansão da agricultura intensiva, os habitats favoráveis, nomeadamente para a avifauna têm tido a sua área fortemente reduzida. No caso da avifauna estepária, lembra que esta está sujeita a pressões muito fortes decorrentes das alterações de habitat verificadas na última década, com afetação direta do habitat disponível para as espécies, atendendo ainda que são expectáveis impactes cumulativos significativos associados à implementação do projeto, pelo que deverá ser realizada uma caracterização robusta da situação de referência convenientemente articulada com a avaliação dos impactes cumulativos. Considera, em síntese, que existe nitidamente uma tentativa de relegar para segundo plano a importância que estas áreas agrícolas que resultaram da intervenção do Homem ao longo de centenas de anos podem ter para inúmeras espécies, como as que são referidas acima, e que em grande medida estão dependentes destas áreas agrícolas como área de alimentação.

- Quanto aos impactes cumulativos, espera que o EIA efetue uma verdadeira avaliação dos impactes cumulativos e não como vem sendo apanágio neste tipo de estudos um elencar de projetos e intervenções que contribuem para a existência de impactes cumulativos, mas escondendo-se na falta de informação que possa resultar numa análise mais profunda sobre o assunto.
- A Central Fotovoltaica terá os seus perímetros delimitados por vedação cinética em rede de malha de nós, em aço galvanizado, fixada sobre postes moldados, preferencialmente, em tons de verde-escuro ou ocre para favorecer a sua integração na paisagem. É sabido que o facto de

as centrais ficarem delimitadas por uma vedação, que funcionará como barreira a algumas espécies faunísticas, nomeadamente aos mamíferos de médio e grande porte. Desta forma, é expectável a ocorrência de impactes negativos sobre a fauna decorrentes da instalação e funcionamento do conjunto das infraestruturas, particularmente no que diz respeito à perturbação dos padrões de calma e ao efeito de exclusão de algumas espécies, nomeadamente de aves de rapina e de grandes mamíferos”. Será fundamental uma análise séria sobre qual o impacte da ocupação do solo numa área superior a 800 hectares vedada.

- É referido que “pela presença dos cabos suspensos (por vezes dificilmente detetáveis ou pouco visíveis) a potencial perda de fauna será significativa tendo em conta que a área de estudo tende a apresentar condições para a ocorrência de espécies relevantes para a fauna, mas que poderá ser minimizada através da colocação de sinalizadores salva-pássaros em alguns troços.” De facto, estas linhas podem causar a morte por eletrocussão para espécies de aves de rapina que utilizam os apoios como locais de observação e caça, bem como para espécies de aves gregárias, como estorninhos, andorinhas e outras, que pousam nas linhas em momentos de pausa. Por outro lado, diversas espécies de aves colidem com linhas de transporte de energia e com os cabos de guarda acabando por morrer devido aos traumatismos causados pela colisão. Como tal, será fundamental avaliar os efeitos cumulativos tendo em consideração a preexistência de outras linhas na região. Para além disso, dada a vasta área de ocupação da Central Fotovoltaica, será, também, fundamental avaliar qual o impacto da mesma na mortalidade de fauna resultante da instalação de “espelhos” numa vasta área. Embora não existam estudos realizados na Europa, os que foram realizados em países fora da UE referem que o impacte sobre a avifauna não é desprezável.

- Quanto ao uso de água, é referido que não se perspetivam consumos significativos, apenas os associados às instalações sanitárias (no Edifício de Comando), à limpeza dos painéis e à rega das plantações que farão parte da estrutura verde.” Dado estar-se numa área no sul do país, embora próxima da barragem do Alqueva, a água é um fator limitante, pelo que será importante uma avaliação do consumo de água durante o período de exploração.
- Existe alguma referência à importância social e económica do projeto para o território em questão, mas sem grandes referências para além da importância do mesmo como acréscimo de rendimento para os proprietários dos terrenos em questão. Tudo o resto e no que concerne a uma eventual criação de postos de trabalho permanentes, é muito questionável.
- Por fim, considera que deveria ser indicada outra alternativa possível para a área de instalação da referida central fotovoltaica, desejavelmente uma localização que não exija a instalação de uma nova LMAT com os impactes associados que há muito são conhecidos e relatados na literatura.

Em jeito de conclusão, salienta esta entidade que esta é uma tecnologia que pode ser facilmente instalada em meio urbano e industrial, já ocupados e descaracterizados e degradados por atividades antrópicas, permitindo a produção de energia elétrica junto aos locais de consumo, o que permite reduzir significativamente os impactos ambientais da sua utilização e as perdas no transporte da energia por ela produzida, assim como numa localização mais próxima dos pontos de ligação e/ou recorrendo a linhas subterrâneas minimizando impactes associados. Ao mesmo tempo, reforça que evitar-se-ia a destruição de forma leviana de áreas agrícolas, mesmo que de menor qualidade, assim como investir na capacidade de sequestro de carbono da nossa floresta, um dos principais aliados do combate às alterações climáticas, e que representa um setor fundamental na economia nacional no

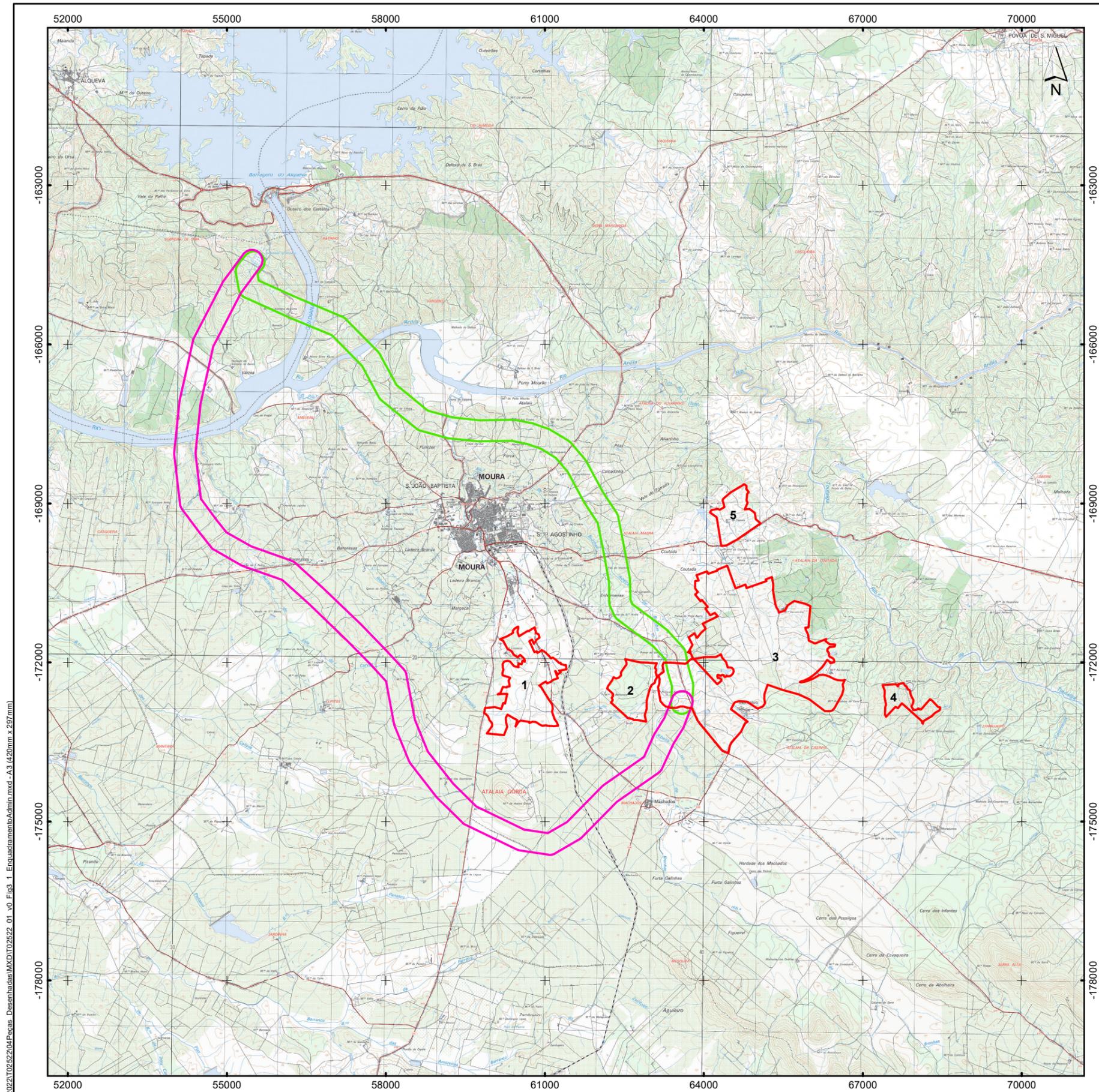
fornecimento de matéria-prima para a indústria. Por último, refere que, independentemente de se concordar ou não com estas suas duas últimas exigências, seria importante assumir que a implantação destes projetos resulta sempre na artificialização do solo. Portugal possui já cerca de 5% de território artificializado, pelo que um bom princípio a aplicar seria assegurar o restauro (devolução à natureza) de uma área artificializada degradada de área equivalente cada vez que implantamos nos territórios projetos de caráter industrial.

RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

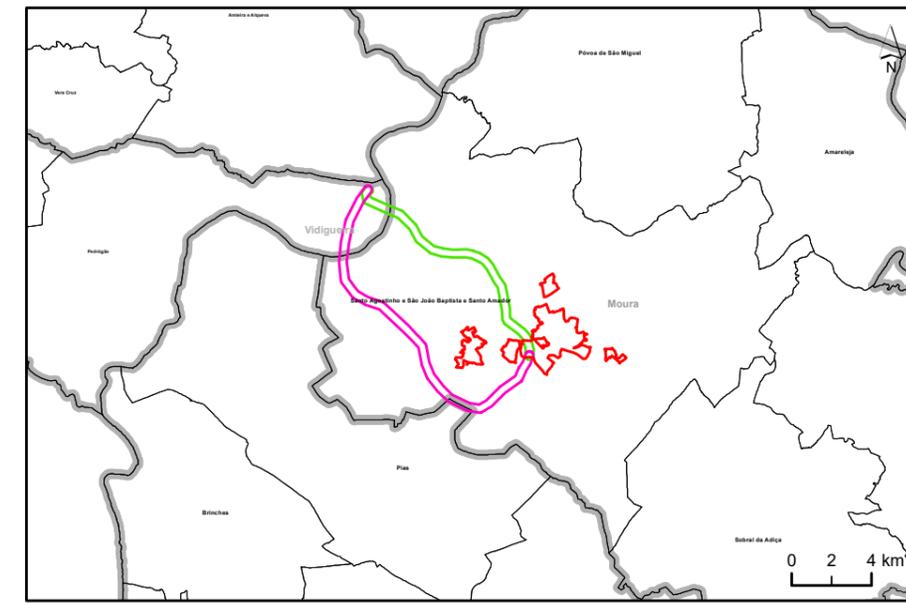
Maria Clara Sintrão

ANEXO I

Exposições recebidas



Enquadramento Administrativo



- Concelhos
- Freguesias

Fonte: Carta Administrativa oficial de Portugal (CAOP) 2021, DGT

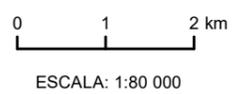
Área de Estudo

- Central Fotovoltaica Cristóvão Colombo 1

Corredores da Linha Elétrica

- Alternativa A
- Alternativa B

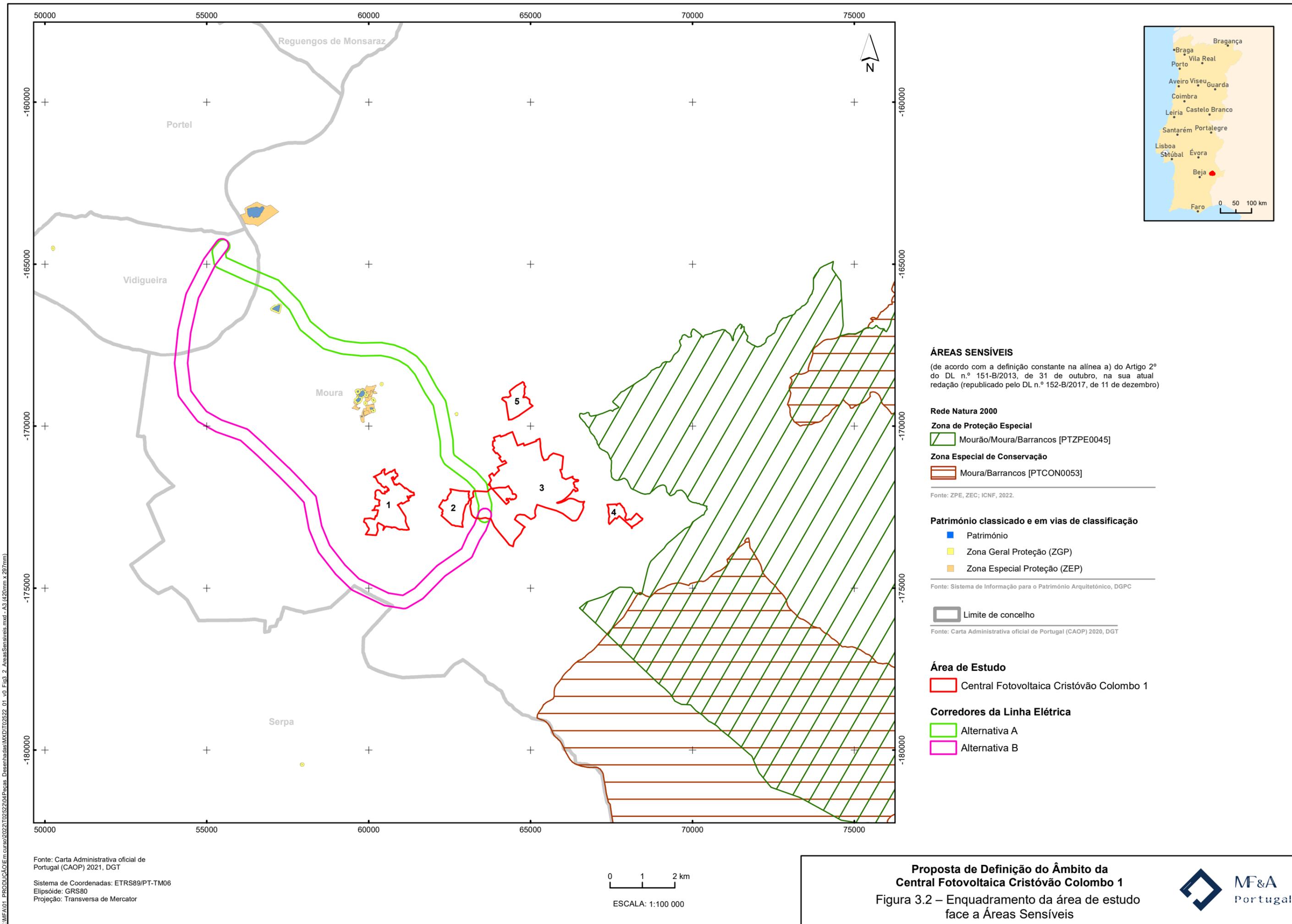
Extrato da Carta Militar de Portugal Continental,
folhas nº 501, 502, 512 e 513, IGeoE
Sistema de Coordenadas: ETRS89/PT-TM06
Elipsóide: GRS80
Projeção: Transversa de Mercator



**Proposta de Definição do Âmbito da
Central Fotovoltaica Cristóvão Colombo 1**

Figura 3.1 – Localização e enquadramento administrativo
da área de estudo

Z:\MFA\01_PRODUCO\01_Enquadramento\01_EnquadramentoAdmin.mxd - A3 (420mm x 297mm)



ÁREAS SENSÍVEIS

(de acordo com a definição constante na alínea a) do Artigo 2º do DL n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua atual redação (repblicado pelo DL n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro)

Rede Natura 2000

- Zona de Proteção Especial**
 Mourão/Moura/Barrancos [PTZPE0045]
- Zona Especial de Conservação**
 Moura/Barrancos [PTCON0053]

Fonte: ZPE, ZEC; ICNF, 2022.

Património classificado e em vias de classificação

- Património
- Zona Geral Proteção (ZGP)
- Zona Especial Proteção (ZEP)

Fonte: Sistema de Informação para o Património Arquitetónico, DGPC

- Limite de concelho

Fonte: Carta Administrativa oficial de Portugal (CAOP) 2020, DGT

Área de Estudo

- Central Fotovoltaica Cristóvão Colombo 1

Corredores da Linha Elétrica

- Alternativa A
- Alternativa B

Fonte: Carta Administrativa oficial de Portugal (CAOP) 2021, DGT
 Sistema de Coordenadas: ETRS89/PT-TM06
 Elipsóide: GRS80
 Projeção: Transversa de Mercator

0 1 2 km
 ESCALA: 1:100 000

Proposta de Definição do Âmbito da Central Fotovoltaica Cristóvão Colombo 1
 Figura 3.2 – Enquadramento da área de estudo face a Áreas Sensíveis



Z:\MFA\01_PRODUC\01_En_cursos\2021\T0252\204\Peças_Desenhadas\MXD\T02522_01_v0_Fig3_2_AreasSensiveis.mxd - A3 (420mm x 297mm)

ANEXO II

Exposições recebidas



Dados da consulta

Nome resumido	Central Fotovoltaica Cristóvão Colombo I
Nome completo	Central Fotovoltaica Cristóvão Colombo I
Descrição	
Período de consulta	2022-09-15 - 2022-10-06
Data de início da avaliação	2022-10-07
Data de encerramento	
Estado	Em análise
Área Temática	Ambiente (geral)
Tipologia	Avaliação de Impacte Ambiental
Sub-tipologia	Proposta de definição de âmbito
Código de processo externo	
Entidade promotora do projeto	Iberdrola Renewables Portugal, S.A.
Entidade promotora da CP	Agência Portuguesa do Ambiente
Entidade coordenadora	Agência Portuguesa do Ambiente
Técnico	Clara Sintrão

Eventos

Documentos da consulta

Proposta de Definição de Âmbito	Documento	PDA226.pdf
---------------------------------	-----------	------------

Participações

ID 48003 ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável em 2022-10-06

Comentário:

Exm@s Senhor@s, Serve a presente para remeter o Parecer da ZERO relativo à consulta pública em causa. Cumprimentos Direção da ZERO

Anexos: 48003_Parecer_ZERO_Central_Fotovoltaica_Cristovão-Colombo-I_.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

Classificação:

Observações do técnico:

ID 47992 Francisco Teles em 2022-10-03**Comentário:**

No âmbito da Consulta Pública da Proposta de Definição de Âmbito do projeto “Central Fotovoltaica Cristóvão Colombo I”, vem a EDP – Gestão da Produção de Energia, S.A. (EDP) fazer os seguintes comentários: Analisado o documento da Proposta de Definição de Âmbito do projeto em assunto, verifica-se que a alternativa B do corredor da linha elétrica coincide, já próximo da subestação de Alqueva II, com área ocupada por um projeto solar fotovoltaico em desenvolvimento pela EDP. O projeto EDP em causa é uma central fotovoltaica para hibridização da central hidroelétrica de Alqueva II. O Estudo de Impacte Ambiental deste projeto EDP está neste momento numa fase final de desenvolvimento, estando prevista a submissão do mesmo no início de 2023. A construção está prevista ser iniciada no 2T de 2024 e a entrada em exploração no 2T de 2025. Este projeto da EDP está assim numa fase avançada de desenvolvimento em vias de ser submetido para licenciamento ambiental, sendo que já foram feitos investimentos significativos em terrenos e estudos e projetos. Tendo em conta o exposto, apresentamos o nosso desacordo ao traçado da alternativa B do corredor da linha elétrica, solicitando a alteração do mesmo, de forma a não colidir com área do projeto EDP. Ficamos disponíveis para dentro do possível colaborar numa compatibilização do corredor em estudo com o projeto em desenvolvimento pela EDP. Nota: em anexo partilhamos imagem com a delimitação dos terrenos onde o projeto EDP se encontra em desenvolvimento

Anexos: 47992_Figura Projeto Solar EDP.pdf

Estado: Tratada

Tipologia: Discordância

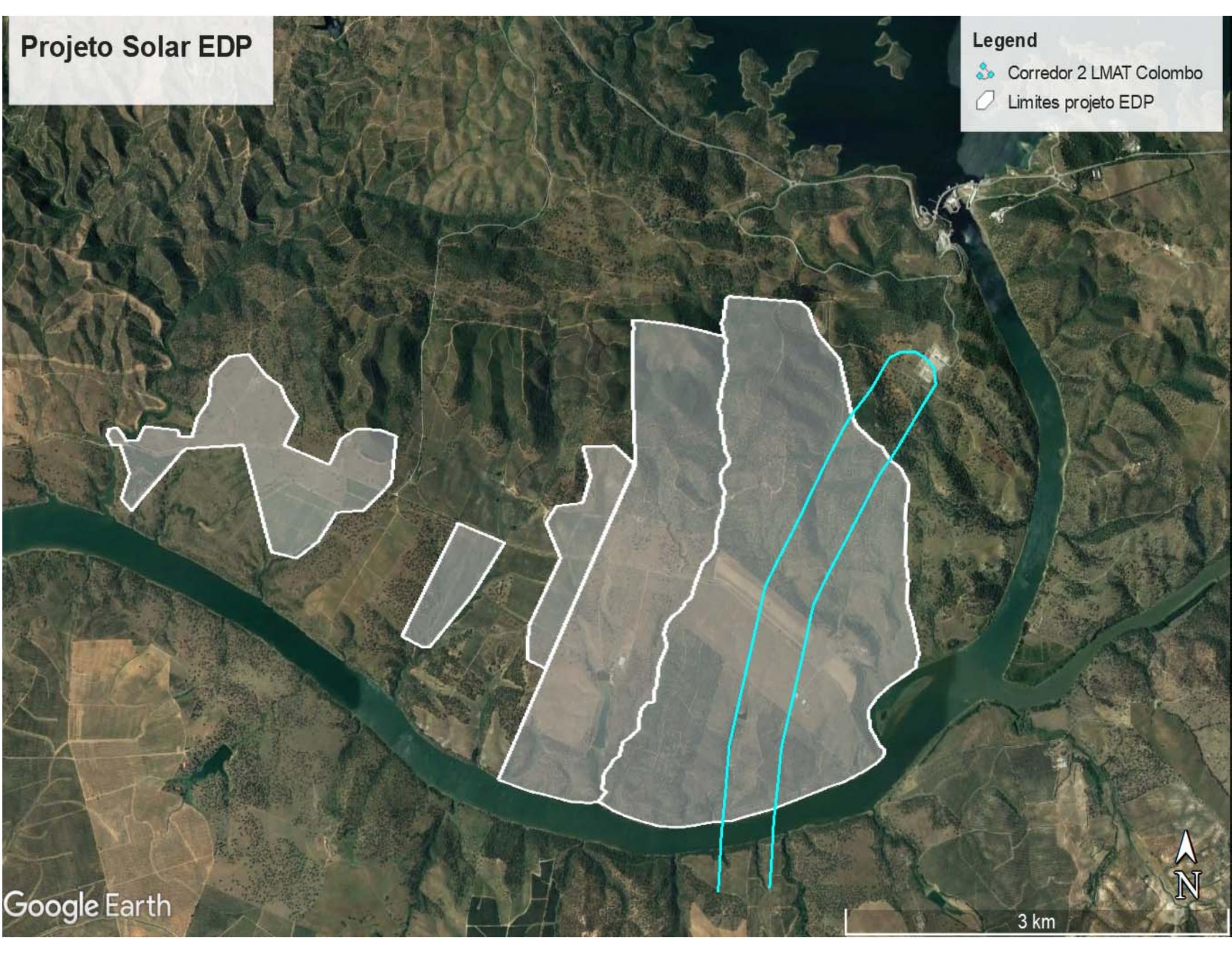
Classificação:

Observações do técnico:

Projeto Solar EDP

Legend

-  Corredor 2 LMAT Colombo
-  Limites projeto EDP



Google Earth

3 km 

Parecer relativo à Proposta de Definição do Âmbito da Central Fotovoltaica Cristóvão Colombo I

A ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável, com base na consulta dos documentos disponibilizados no Portal Participa, vem por este meio apresentar o seu parecer relativo à proposta de Definição do Âmbito da Central Fotovoltaica Cristóvão Colombo I, a instalar em territórios dos municípios de Moura e Vidigueira, do distrito de Beja. A Central Fotovoltaica ocupando uma área aproximada de 895 ha (hectares), dividida em cinco setores, será equipada no total com aproximadamente 730 000 módulos fotovoltaicos, de 650 Wp de potência unitária, para uma produção de energia estimada em cerca de 830 000 MWh/ano. Contará com uma potência instalada de 474,41 MWp e com uma ilha de armazenamento dimensionada para cerca de 5% da potência de ligação, correspondendo a uma potência instalada aproximadamente de 20 MW. O promotor é a Iberdrola Renewables Portugal, S.A.

A Linha Elétrica de Muito Alta Tensão (LMAT) a construir, associada à Central Fotovoltaica, terá uma extensão máxima aproximada de 20 km, com uma tensão de exploração de 400 kV.

Não obstante a Proposta de Designação do Âmbito (PDA) apresentar todas as diretrizes para o Estudo de Impacte Ambiental (EIA), a ZERO faz algumas considerações relativamente ao projeto em questão:

Ponto um - Relativamente aos instrumentos de ordenamento do território, constata-se que a Central Fotovoltaica está projetada para terrenos que em termos de usos do solo, segundo o PDM correspondem a “Espaços Agrícolas” e “Espaços florestais”, mais concretamente espaços agrosilvopastoris, sendo que no caso dos dois corredores para a instalação da linha elétrica de muito alta tensão, para além das categorias de uso do solo acima mencionados, acrescem “Espaços Naturais e paisagísticos” e “Espaços destinados a equipamentos, infraestruturas e outras estruturas e ocupações.”

Neste âmbito, expressamos a nossa preocupação quanto ao efetivo impacto deste investimento em espaço rural, a nível paisagístico ambiental e social.

Ponto dois - Existe a indicação de duas alternativas possíveis para a instalação de uma LMAT com cerca de 20 km, que passará a Este ou a Oeste de Moura. É com preocupação que a ZERO constata esta intenção de incremento de forma indiscriminada de linhas de ligação aéreas de Muita Alta Tensão associados a projetos para produção de energia renovável com impactes significativos sobre a biodiversidade e paisagem.

Ponto três - É referido que a área de estudo não interfere com nenhuma destas áreas sensíveis. As mais próximas distam a cerca de 1,2 km a este/sudeste da área de estudo da Central Fotovoltaica, e correspondem à Zona de Proteção Especial (ZPE) Mourão/Moura/Barrancos (PTZPE0045) e à Zona Especial de Conservação (ZEC) de Moura/Barrancos (PTCON0053). Contudo é referido no PDA que, “a área de estudo

apresenta condições para a ocorrência de espécies relevantes para a fauna, embora a ocupação presente não constitua habitat preferencial para estas espécies. As áreas essencialmente agrícolas são importantes para a ocorrência de espécies animais adaptadas a ocupação do solo de culturas, como várias espécies de aves de rapina (incluindo a potencial presença de Águia-de-Bonelli, Tartaranhão-caçador ou Abutre-preto), de aves estepárias (como Abetarda, Sisão ou Alcaravão), lagartos e vários grupos de cobras, e para a maioria de mamíferos não voadores.” Também é dada relevância à importância da área como fazendo parte da área prioritária para alimentação de morcegos.

É de referir que, embora fora da área sensível, não deixa de ser verdade que a proximidade a esta tem uma enorme influência sobre as espécies que utilizem esta área durante o seu ciclo de vida.

A potencial perda de fauna poderá ser significativa tendo em conta que a área de estudo tende a apresentar condições para a ocorrência de espécies relevantes para a fauna.

É fundamental avaliar de forma séria qual o impacte sobre espécies de conservação prioritária, e não entrar num discurso de que as espécies se adaptam e vão para outras áreas, quando é sabido que na região em virtude da expansão da agricultura intensiva, os habitats favoráveis, nomeadamente para a avifauna têm tido a sua área fortemente reduzida.

No caso da avifauna estepária, esta está sujeita a pressões muito fortes decorrentes das alterações de habitat verificadas na última década, com afetação direta do habitat disponível para as espécies, atendendo ainda que são expectáveis impactes cumulativos significativos associados à implementação do projeto, pelo que deverá ser realizada uma caracterização robusta da situação de referência convenientemente articulada com a avaliação dos impactes cumulativos.

Existe nitidamente uma tentativa de relegar para segundo plano da importância que estas áreas agrícolas que resultaram da intervenção do Homem ao longo de centenas de anos podem ter para inúmeras espécies, como as que são referidas acima, e que em grande medida estão dependentes destas áreas agrícolas como área de alimentação.

Ponto quatro - Quanto aos impactes cumulativos, espera-se que o EIA efetua uma verdadeira avaliação dos impactes cumulativos e não como vem sendo apanágio neste tipo de estudos um elencar de projetos e intervenções que contribuem para a existência de impactes cumulativos, mas escondendo-se na falta de informação que possa resultar numa análise mais profunda sobre o assunto.

Ponto cinco - A Central Fotovoltaica terá os seus perímetros delimitados por vedação cinegética em rede de malha de nós, em aço galvanizado, fixada sobre postes moldados, preferencialmente, em tons de verde-escuro ou ocre para favorecer a sua integração na paisagem. É sabido que o facto de as centrais ficarem delimitadas por uma vedação, que funcionará como barreira a algumas espécies faunísticas, nomeadamente aos mamíferos de médio e grande porte. Desta forma, é expectável a ocorrência de impactes negativos sobre a fauna decorrentes da instalação e funcionamento do conjunto das infraestruturas, particularmente no que diz respeito à perturbação dos padrões de calma e ao efeito de

exclusão de algumas espécies, nomeadamente de aves de rapina e de grandes mamíferos”. Será fundamental uma análise séria sobre qual o impacte da ocupação do solo numa área superior a 800 hectares vedada.

Ponto seis - é referido que “pela presença dos cabos suspensos (por vezes dificilmente detetáveis ou pouco visíveis). A potencial perda de fauna será significativa tendo em conta que a área de estudo tende a apresentar condições para a ocorrência de espécies relevantes para a fauna, mas que poderá ser minimizada através da colocação de sinalizadores salva-pássaros em alguns troços.”

De facto, estas linhas podem causar a morte por eletrocussão para espécies de aves de rapina que utilizam os apoios como locais de observação e caça, bem como para espécies de aves gregárias, como estorninhos, andorinhas e outras, que pousam nas linhas em momentos de pausa. Por outro lado, diversas espécies de aves colidem com linhas de transporte de energia e com os cabos de guarda acabando por morrer devido aos traumatismos causados pela colisão.

Como tal, será fundamental avaliar os efeitos cumulativos tendo em consideração a pré-existência de outras linhas na região?

Para além disso, dada a vasta área de ocupação da Central Fotovoltaica, será fundamental avaliar qual o impacto da mesma na mortalidade de fauna resultante da instalação de “espelhos” numa vasta área. Embora não existam estudos realizados na Europa, os que foram realizados em países fora da Eu referem que o impacte sobre a avifauna não é desprezável.

Ponto sete - referem no estudo que “Quanto ao uso de água, não se perspetivam consumos significativos, apenas os associados às instalações sanitárias (no Edifício de Comando), à limpeza dos painéis e à rega das plantações que farão parte da estrutura verde.” Dado estarmos numa área no sul do país onde e embora próxima da barragem do Alqueva, a água é um fator limitante, peque que será importante uma avaliação do consumo de água durante o período de exploração.

Ponto nove - Existe alguma referência à importância social e económica do projeto para o território em questão, mas sem grandes referências para além da importância do mesmo como acréscimo de rendimento para os proprietários dos terrenos em questão. Tudo o resto e no que concerne a uma eventual criação de postos de trabalho permanentes, é muito questionável.

Ponto dez - Por fim, não encontramos a indicação de uma outra alternativa possível para a área de instalação da referida central fotovoltaica. Algo que seria relevante, especialmente numa localização que não exija a instalação de uma nova LMAT com os impactes associados que há muito são conhecidos e relatados na literatura.

Conclusões:

Esta é uma tecnologia que pode ser facilmente instalada em meio urbano e industrial, já ocupados e descaracterizados e degradados por atividades antrópicas, permitindo a

produção de energia elétrica junto aos locais de consumo, o que permite reduzir significativamente os impactos ambientais da sua utilização e as perdas no transporte da energia por ela produzida, assim como numa localização mais próxima dos pontos de ligação e/ou recorrendo a linhas subterrâneas minimizando impactes associados.

Ao mesmo tempo evitar-se-ia a destruição de forma leviana de áreas agrícolas, mesmo que de menor qualidade, assim como investir na capacidade de sequestro de carbono da nossa floresta, um dos principais aliados do combate às alterações climáticas, e que representa um setor fundamental na economia nacional no fornecimento de matéria-prima para a indústria.

Por último, referir que independentemente de se concordar ou não com estas duas últimas exigências da ZERO, seria importante assumir que a implantação destes projetos resulta sempre na artificialização do solo. Portugal possui já cerca de 5% de território artificializado, pelo que um bom princípio a aplicar seria assegurar o restauro (devolução à natureza) de uma área artificializada degradada de área equivalente cada vez que implantamos nos territórios projetos de caráter industrial.

6 de Outubro de 2022

A Direção da ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável